



# Diário Oficial

PORTE PAGO  
DR/SP  
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 106 • Número 26 • São Paulo • Sexta-Feira, 9 de Fevereiro de 1996

## PODER LEGISLATIVO

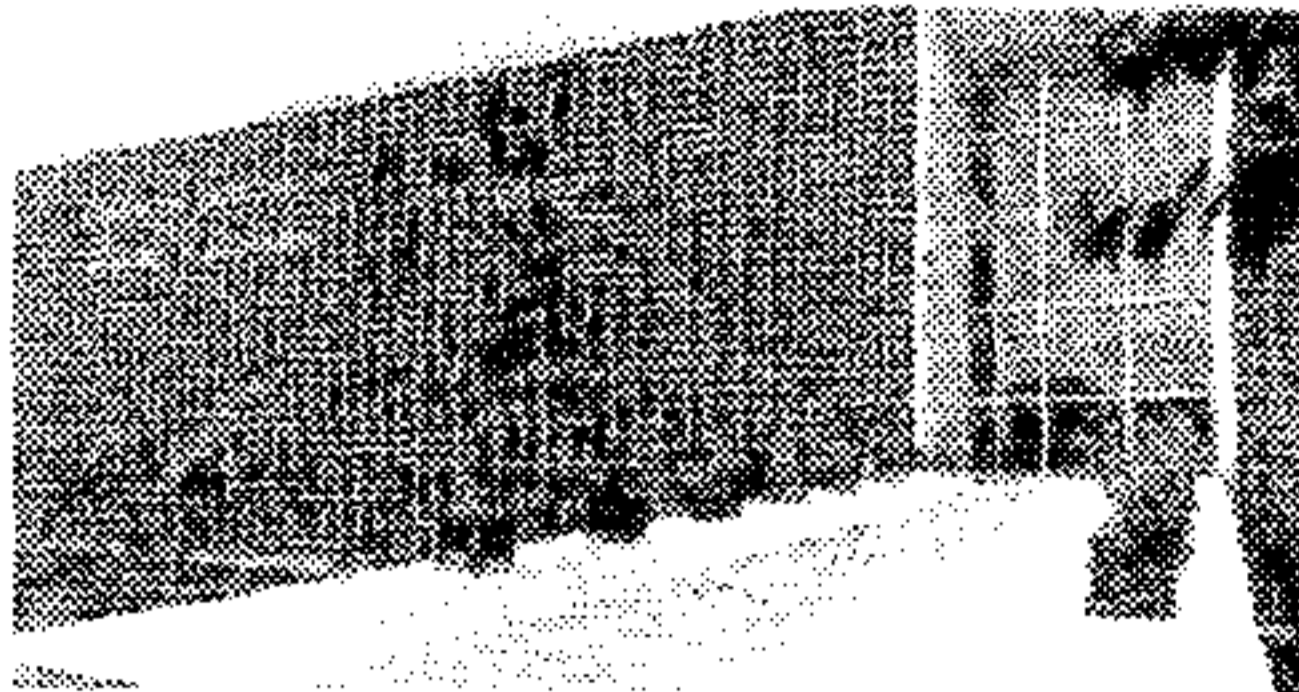
Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura  
Palácio Nove de Julho  
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº - Ibirapuera - Fone: 886-6122

Presidente: Ricardo Trípoli

1º Secretário: Luiz Carlos da Silva  
3º Secretário: Mauro Bragato

1º Vice-Presidente: Clóvis Volpi  
2º Vice-Presidente: Afanasio Jazdji

2º Secretário: Roberval Conte Lopes Lima  
4º Secretário: Roberto Gouveia



**ATOS**  
**Retificação**  
Na publicação do dia 8 do corrente, Col. 3, Pág. 9, onde se lê:  
"Ato n.º 2, de 1996, da Mesa"  
Leia-se:  
"Ato n.º 3, de 1996, da Mesa"

### ORDEM DO DIA

9 de fevereiro de 1996  
6ª Sessão Ordinária

### Proposições em Regime de Urgência

- 1- Discussão adiada e votação do Projeto de lei Complementar nº 129, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a absorção de gratificações nos vencimentos e salários dos servidores que especifica. Com emendas. Parecer nº 1106, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas. Com emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 da VIII Consolidação do Regimento Interno. Pareceres nºs 1616, 1617 e 1618, de 1995, respectivamente, da Comissão de Justiça e de relatores especiais pelas Comissões de Administração Pública e de Finanças, contrários. (Artigo 26 da Constituição do Estado)
- 2- Discussão adiada e votação do Projeto de lei nº 14, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a adotar medidas de privatização e extinção da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP. Com emendas. Parecer nº 866, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e às emendas. Parecer nº 867, de 1995, de relator especial pela Comissão de Agricultura, favorável ao projeto e às emendas nºs 1, 4, 5, 11 e 14 e contrário às demais. Parecer nº 868, de 1995, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, e às emendas nºs 1, 2, 3, 4, 11 e 14 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado)
- 3- Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 93, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre absorção de gratificação nos vencimentos e salários dos servidores que especifica. Com emenda. Parecer nº 1517, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e contrário à emenda. Parecer nº 1518, de 1995, de relator especial pela Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto e à emenda, com subemenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado)
- 4- Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 116, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a incorporação da gratificação de representação prevista no inciso II do artigo 135 da Lei nº 10261, de 28 de outubro de 1968. Com emendas. Parecer nº 1522, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e às emendas, com subemenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado)
- 5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 500, de 1994, (Autógrafo nº 22981), vetado totalmente, apresentado pelo Deputado Uebe Rezek, dando a denominação de "Sr. Washington Junqueira Franco" à Escola Estadual de 1º Grau do Conjunto Habitacional do CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, Olímpia F, em Olímpia. Parecer nº 131, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)
- 6- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 474, de 1995, (Autógrafo nº 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei nº 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)
- 7- Discussão e votação do Projeto de lei nº 880, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a cisão parcial do patrimônio da FEPASA - Ferrovia Paulista - S/A. Com emendas. Parecer nº 121, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

### SUMÁRIO

Ordem do dia .....	1
Pauta .....	1
Oradores Inscritos .....	2
Expediente .....	2
Atos Administrativos .....	5
Debates .....	7
Pronunciamentos de Sessões Anteriores .....	—
<b>TRIBUNAL DE CONTAS .....</b>	<b>57</b>

Este caderno, com as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

8- Discussão e votação do Projeto de lei nº 924, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a prestar contragarantia ao Tesouro Nacional e ao Banco do Brasil com vistas à obtenção de garantia da União à operação de crédito externo a ser realizada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM junto ao Fomento de Comércio Exterior S/A - FOCOEX. Com emendas. Parecer nº 120, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, à emenda de nº 1, com subemenda e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

9- Votação "ad referendum" do Projeto de decreto Legislativo nº 24, de 1995, apresentado por relator especial pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 195, de 1995, encaminhando ao Ministério Público e à Procuradoria do Estado, a fim de que adotem as medidas cabíveis, cópias do Processo TC-048961/017/87, que trata do contrato celebrado entre o Escritório Regional de Saúde - ERSA-15 e a Himacon Construtora Ltda., firmado em 14/07/87, considerado irregular o contrato, termos de aditamento, o termo de retificação, o demonstrativo de cálculos de reajusta, o termo de verificação e recebimento provisório e definitivo das obras e a liberação caucional e ilegal a despesa decorrente. Aprovado por relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle em seu Parecer nº 1454, de 1995.

### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

- 1- Discussão e votação adiada do Projeto de decreto legislativo nº 5, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1019, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1979, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento (§ 3º do artigo 191 da VIII Consolidação do Regimento Interno)
- 2- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo nº 8, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1581, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1980, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada)
- 3- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo nº 8, de 1984, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1447, de 1984, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1983, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada)
- 4- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo nº 19, de 1989, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1326, de 1989, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1987, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer nº 454, de 1990, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.
- 5- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo nº 15, de 1994, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1126, de 1994, considerando boas e aprovando as contas apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1991, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer nº 1621, de 1994, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

### PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- Discussão adiada e votação do Projeto de lei nº 645, de 1987, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, revogando dispositivos da Lei nº 3724, de 14/03/83, que instituiu contribuição para a Associação Paulista de Magistrados. Pareceres nºs 1164, de 1990, s/nº e 1248, de 1991, respectivamente de relator especial pela Comissão de Justiça e das Comissões de Finanças e de Cultura, favoráveis. Com substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 da VIII Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 357, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer nº 358, de 1995, de relator especial pela Comissão de Cultura, favorável ao substitutivo e contrário à emenda. Parecer nº 359, de 1995, de relator especial pela Comissão de Finanças, contrário.

8 de fevereiro de 1996  
2ª Sessão Extraordinária

### Proposições em Regime de Urgência

- Discussão e votação do Projeto de lei nº 880, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a cisão parcial do patrimônio da FEPASA - Ferrovia Paulista - S/A. Com emendas. Parecer nº 121, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

8 de fevereiro de 1996  
3ª Sessão Extraordinária

### Proposição em Regime de Urgência

- Discussão e votação do Projeto de lei nº 880, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a cisão parcial do patrimônio da FEPASA - Ferrovia Paulista - S/A. Com emendas. Parecer nº 121, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

### PAUTA

9 de fevereiro de 1996  
6ª Sessão Ordinária

### Em pauta por 5 (cinco) Sessões.

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

### 1ª Sessão

- 1-Projeto de lei nº 34, de 1996, apresentado pelo deputado César Callegari, dando a denominação de "Professora Maria Isabel Neves Bastos" à Escola Estadual de 1º e 2º Graus Jardim Renata, em Arujá
- 2-Projeto de lei nº 35, de 1996, apresentado pelo deputado Milton Monti, dando a denominação de "Professor João Nivaldo de Moraes" à Escola Estadual de 1º Grau Ribeirão Branco, naquele Município
- 3-Projeto de lei nº 36, de 1996, apresentado pelo deputado Afanasio Jazdji, dispondo sobre a cessão pelo Poder Executivo de espaços livres em seus próprios estaduais com o objetivo de divulgar campanhas educativas no combate contra as drogas
- 4-Projeto de lei nº 37, de 1996, apresentado pelo deputado Afanasio Jazdji, autorizando o Poder Executivo a firmar convênios com as Prefeituras Municipais visando a adotar medidas de prevenção da carie e do câncer bucal nos educandos dos 1º e 2º graus da rede pública do Estado
- 5-Projeto de lei nº 38, de 1996, apresentado pelo deputado pelo deputado Paulo Teixeira, declarando de utilidade pública o "Centro Espírita Benfitec União do Vegetal - Núcleo São João Batista", com sede em Mairiporã
- 6-Projeto de lei nº 39, de 1996, apresentado pelo deputado Sidney Cinti, transformando em estância turística o Município de Pereira Barreto
- 7-Projeto de lei nº 40, de 1996, apresentado pelo deputado Kito Junqueira, declarando de utilidade pública o "Centro Espírita Cairbar Schutel", com sede em Tatui
- 8-Moção nº 2, de 1996, apresentada pela deputada Mariângela Duarte, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de implementar políticas públicas para enfrentar o desemprego
- 9-Moção nº 3, de 1996, apresentada pela deputada Mariângela Duarte, apelando para o Srs. Presidentes da República, da Câmara Federal, do Senado Federal e ao Sr. Ministro da Previdência e Seguridade Social no sentido de manter o que foi preconizado na Constituição Federal, principalmente o artigo 202 e retirar da Proposta de Emenda nº 33-A/95 tudo o que fere os direitos adquiridos pelos trabalhadores
- 10-Moção nº 4, de 1996, apresentada pelo deputado Estevam Galvão de Oliveira, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de conceder reajustes aos aposentados e pensionistas
- 11-Moção nº 5, de 1996, apresentada pelo deputado Carlos Messas, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de manter o texto atual do inciso V do artigo 203 de nossa Carta Magna
- 12-Moção nº 6, de 1996, apresentada pelo deputado Campos Machado, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de criar uma Secretaria Nacional de Pesca e estender ao setor pesqueiro nacional os benefícios concedidos pelo crédito rural aos agricultores
- 13-Moção nº 7, de 1996, apresentada pelo deputado Campos Machado, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de renegociar os débitos em atraso dos financiamentos para aquisição de veículos para taxi
- 14-Moção nº 8, de 1996, apresentada pelo deputado Luiz Lune, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem instaladas telas de proteção nos viadutos e passarelas localizados sobre todas as rodovias sob sua administração ou responsabilidade
- 15-Moção nº 9, de 1996, apresentada pela deputada Maria Lúcia Prandi, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de revogar o Decreto nº 1775, que dispõe sobre demarcação das reservas indígenas
- 16-Moção nº 10, de 1996, apresentada pelo deputado Djalma Bom, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de intervir para que solem os líderes do Movimento Sem-Terra, e para que seja princípio deste governo a luta pela redistribuição de renda
- 17-Moção nº 11, de 1996, apresentada pelo deputado Alberto Calvo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de repassar verbas ao Ministério da Saúde e enviar esforços para melhorar a situação do aposentado brasileiro
- 18-Moção nº 12, de 1996, apresentada pela deputada Maria Lucia Prandi, apelando para o Sr. Presidente do Senado no sentido de ser aprovado o Projeto de lei nº 1178-95, que dispõe sobre a municipalização dos portos